Alunos dos Açores têm as piores médias no exame de Português

Um estudo da Direcção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC) mostra que são os alunos dos Açores, conjuntamente com os de Faro e Castelo Branco, os que têm piores médias no exame de Português.

Revela, também, que os que vão para os cursos da área da Saúde são os que têm a melhor classificação média no exame nacional de Português.

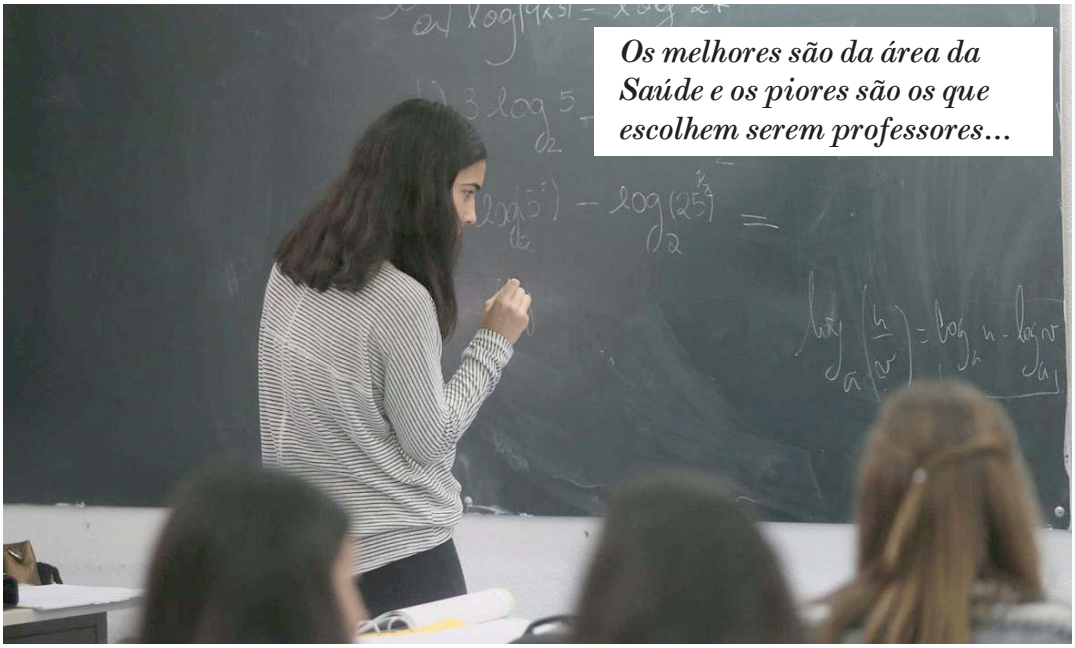
Os alunos que escolhem cursos do ensino superior da área da Educação, e esperam portanto virem a ser professores, estão entre os que têm pior desempenho a Português, indica o estudo citado pelo jornal Público.

Segundo o jornal, os alunos que em 2016/2017 ingressaram em cursos de Educação tiveram uma classificação média de 10,2 valores no exame nacional de Português, ficando em penúltimo lugar numa lista de dez áreas de formação.

Em último, com uma nota média de 10 valores numa escala de 0 a 20, encontram-se os estudantes que optaram por cursos da área de Serviços (Turismo, Serviço Social, Restauração), escreve o diário.

No extremo oposto estão os alunos que ingressaram nos cursos da área da Saúde, como Medicina, que têm o melhor desempenho a Português: 12,4.

Os que ingressaram em cursos de ciências sociais, jornalismo e informação surgem em quarto lugar, com 11,8 valores de média.



Os melhores são da área da Saúde e os piores são os que escolhem serem professores…

O exame de Português é o único obrigatório para todos os alunos e o estudo abrangeu cerca de 40 mil estudantes.

O estudo da DGEEC confirma também a tendência de serem as raparigas a obter melhores notas.

Em média elas têm 11,7 e eles 11,1.

Os alunos com melhores médias no exame de Português vêm de escolas secundárias situadas nos distritos de Viseu, Viana do Castelo e Santarém.

Do lado oposto, estão os jovens de Castelo Branco, Faro e Açores.

O estudo da DGEEC abrangeu cerca de 40 mil estudantes, o que representa 77% do total dos que ingressaram no Ensino Superior em 2017, segundo o Público.

Cofaco vai abandonar o Pico?

Os dois últimos funcionários que estavam ligados à Cofaco, na fábrica da ilha do Pico, terminaram o seu vínculo contratual à empresa no final de 2018 - revela o jornal Ilha Maior.

Os operários que se mantiveram ao serviço após o despedimento colectivo no início do ano passado deviam transitar para a PDMTransformação e Comércio de Pescado Lda., pertencente ao grupo Cofaco, mas não chegaram a integrar os quadros da nova empresa.

Segundo apurou o jornal picoense, o grupo Cofaco alegou que não está em condições de integrar os dois profissionais na nova empresa acabando por assumir a desvinculação e o pagamento das devidas indemnizações.

Esta decisão, de acordo com a publicação, vem adensar as nuvens negras quanto ao real interesse da conserveira em assumir a construção de uma nova fábrica no Pico como foi assegurado em Fevereiro de 2018.

O projecto de sete milhões de euros já anunciado pela Cofaco deveria ser assumido pela PDM-Transformação e Comércio de Pescado Lda., que até agora nunca conseguiu proceder ao aumento de capital de 10 mil para um milhão de euros, concretizando uma das exigências colocadas pelo Governo açoriano para que o projeto beneficie dos fundos comunitários no âmbito do programa europeu MAR 2020. Perante esta indisponibilidade e a desvinculação dos últimos dois operários as dúvidas adensam-se quanto aos reais interesses da Cofaco em manter actividade no Pico, conclui o Ilha Maior na sua última edição.

Quatro armadores do Pico há cinco meses à espera do pagamento pelo atum vendido

Quatro armadores do Pico aguardam há mais de cinco meses pelo pagamento do atum vendido à conserveira Santa Catarina, segundo notícia do jornal Ilha maior, da ilha do Pico.

As capturas mais antigas remontam ao mês de Agosto, altura em que os armadores entregaram o atum na fábrica da ilha de São Jorge, aguardando desde essa altura que a empresa assuma o pagamento.

Ao todo são mais de 130 mil euros que os armadores têm para receber, sendo a situação mais complicada a de um armador com 40 mil euros para receber enquanto nos restantes casos a quantia em falta ronda os 30 mil euros cada.

O atraso na regularização de verbas avultadas para pequenos armadores está a provocar algumas dores de cabeça aos empresários.

Sem receber da fábrica jorgense, os armadores não têm disponibilidade financeira para assumir o pagamento dos vencimentos aos pescadores que participaram na safra do atum, bem como os encargos da Segurança Social e, em alguns casos, com empréstimos bancários.

Alguns armadores já reuniram com o Conselho de Administração da conserveira mas não conseguiram sensibilizá-lo para a necessidade de se efetuar os pagamentos em atraso.

O Presidente da empresa aconselhou inclusivamente os armadores a recorrerem à banca para suportar os encargos com os seus profissionais enquanto não recebiam o valor do atum com a promessa de que a conserveira pagaria os juros dos empréstimos.

Os armadores não vêm com bons olhos esta solução.

A situação dos armadores é olhada com preocupação pelo Presidente da Associação de Armadores do Pico. José António Fernandes lamenta que a conserveira não esteja a assumir os seus compromissos com os pescadores: "É complicado para os armadores pagar à tripulação quando não receberam o dinheiro dos compradores.

Existem situações complicadas difíceis de perceber, sobretudo quando há contratos assinados onde estão definidas as datas de pagamento mas que não são respeitadas. Não percebo porque se assinam contratos e depois não se cumpre o que está escrito", segundo o Ilha Maior.